



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91

LEI Nº 1.563 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Súmula: Dispõe sobre o lançamento do IPTU para o exercício de 2018, e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE:

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a efetuar o lançamento do IPTU para o exercício de 2018, com desconto de 15% (quinze por cento) para pagamento em cota única, ou em 03 (três) parcelas sem desconto.

Art. 2º - Ficam estabelecidas as datas de vencimentos do IPTU, a saber:

COTA ÚNICA	- Vencimento dia	- 31 de julho de 2018
PRIMEIRA PARCELA	- Vencimento dia	- 31 de julho de 2018
SEGUNDA PARCELA	- Vencimento dia	- 31 de agosto de 2018
TERCEIRA PARCELA	- Vencimento dia	- 28 de setembro de 2018

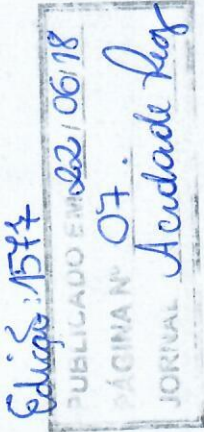
Art. 3º - Fica autorizado ao Poder Executivo, se necessário, a prorrogação de prazos através de Decreto Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 1558/2018.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 20 de junho de 2018.

ADEMIR LOURENÇO GOUVEIA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira - Estado do Paraná

LEI Nº 1.563 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Súmula: Dispõe sobre o lançamento do IPTU para o exercício de 2018, e dá outras providências. FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a efetuar o lançamento do IPTU para o exercício de 2018, com desconto de 15% (quinze por cento) para pagamento em cota única, ou em 03 (três) parcelas sem desconto.

Art. 2º - Ficam estabelecidas as datas de vencimentos do IPTU, a saber:
COTA ÚNICA - Vencimento dia - 31 de julho de 2018

PRIMEIRA PARCELA - Vencimento dia - 31 de julho de 2018

SEGUNDA PARCELA - Vencimento dia - 31 de agosto de 2018

TERCEIRA PARCELA

- Vencimento dia - 28 de setembro de 2018

Art. 3º - Fica autorizado ao Poder Executivo, se necessário, a prorrogação de prazos através de Decreto Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 1558/2018.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 20 de junho de 2018.

ADEMIR LOURENÇO GOUVEIA - Prefeito Municipal

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2019

ARF (LRF, art. 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Até a elaboração da presente proposta, não há passivo contingente previsto para o próximo exercício, porém, caso surja, a providência a ser adotada no caso de se concretizar o risco, será a limitação das despesas no valor correspondente, conforme determina o art. 9º da LRF.

ANEXO DE METAS FISCAIS E METODOLOGIA DE CÁLCULO METAS ANUAIS

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, normatizado pela Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, as metas anuais da Administração Pública da Prefeitura de São Sebastião da Amoreira, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, estão abaixo discriminadas:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2016

ANF - Demonstrativo - LRF, art. 4º, § 3º R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019		2020		2021	
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)
Recursos Totais	20.157.406,22	19.342.544,00	20.937.000,00	19.325.000,00	21.270.000,00	19.342.000,00

constantes, tomando como base o cenário macroeconômico, para os três exercícios orçamentários anteriores ao ano de referência da LDO, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, conforme apresentado abaixo:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUALIZADAS CÁMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
2017

ESPECIFICAÇÃO	2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
RECEITA TOTAL	20.157.406,22	100,00	21.270.000,00	100,00	22.382.600,00	100,00	23.495.200,00	100,00	24.607.800,00	100,00	25.720.400,00	100,00
Recursos Totais	20.157.406,22	100,00	21.270.000,00	100,00	22.382.600,00	100,00	23.495.200,00	100,00	24.607.800,00	100,00	25.720.400,00	100,00
Despesa Corrente (C)	18.200.000,00	90,29	19.300.000,00	90,73	20.320.000,00	90,79	21.340.000,00	90,84	22.360.000,00	90,89	23.380.000,00	90,94
Despesa Capital (D) - (C, E)	1.957.406,22	9,71	1.970.000,00	9,27	2.062.600,00	9,21	2.155.200,00	9,16	2.247.800,00	9,11	2.340.400,00	9,06
Resultado Operacional	1.957.406,22	9,71	1.970.000,00	9,27	2.062.600,00	9,21	2.155.200,00	9,16	2.247.800,00	9,11	2.340.400,00	9,06
Dívida Pública Consolidada	3.994.812,44	19,82	3.940.000,00	18,53	3.857.400,00	17,24	3.774.800,00	16,29	3.692.200,00	15,02	3.609.600,00	14,07
Dívida Consolidada Total	3.994.812,44	19,82	3.940.000,00	18,53	3.857.400,00	17,24	3.774.800,00	16,29	3.692.200,00	15,02	3.609.600,00	14,07

As metas da Administração Pública Municipal, propostas para o período de 2019 a 2021, nos termos do § 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, foram definidas considerando o cenário macroeconômico atual, bem como o incremento da receita projetada para cada tipo de receita.

As metas projetadas para os anos de 2019 a 2021 contemplam esforço de arrecadação do governo municipal em buscar as transferências voluntárias, a perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto, as perspectivas de aumento do salário mínimo, juros e correção pelos índices de inflação. Nas previsões estão consideradas taxas de crescimento das despesas em proporções necessárias para a geração de resultados primários suficientes para manutenção dos compromissos contratuais com o pagamento da dívida pública e garantir uma gestão equilibrada dos recursos.

As despesas com pessoal e encargos sociais foram projetadas pelas informações obtidas no setor de Contabilidade e o órgão responsável pela Administração de Pessoal, do Poder Executivo municipal. A elaboração das projeções se deu com base em dados dos relatórios emitidos e considerou os eventos e situações mapeadas que poderão ocasionar incremento na folha de pagamento para o período.

Nas projeções considerou-se aumento real do salário mínimo e índices de inflação - IPCA - índice de preços ao consumidor acumulado, tendo como fonte o Banco Central do Brasil - Parâmetros macroeconômicos. A previsão de desembolso com o serviço da dívida para o triênio 2019-2021 foi elaborada observando os critérios de pagamento das dívidas, e tiveram como parâmetros a receita líquida real e os indicadores econômicos vigentes.

As projeções das Outras Despesas Correntes, Investimentos foram elaboradas tendo como base na LOA de 2018. A partir da projeção inicial das despesas de caráter obrigatório com pessoal e encargos sociais e a dívida pública, as demais Despesas Correntes e de Capital foram estimadas para o triênio 2019-2021, levando-se em consideração a combinação entre o percentual de representatividade desses grupos na LOA do exercício de 2018 em relação à execução de 2017.

A metodologia de cálculo utilizada para apuração dos valores constantes seguiu os índices da tabela abaixo:

Projeção inflação	2016	2017	2018*	2019*	2020*	2021*
IPCA	6,34%	2,79%	4,20%	4,25%	4,00%	4,00%

*Inflação Médiana (% anual) projetada com base no IPCA divulgado pelo Banco. Mesmos índices aplicados na elaboração da PFA

- 2016: Valor corrente x 1,0931
- 2017: Valor corrente x 1,0279
- 2018: Valor corrente
- 2019: Valor corrente / 1,0425
- 2020: Valor corrente / 1,0842
- 2021: Valor corrente / 1,1276

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Neste demonstrativo apresenta-se a evolução do Patrimônio Líquido dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Sendo assim, apresenta-se abaixo a situação líquida dos anos de 2017, 2018 e

ESPECIFICAÇÃO

Despesa Corrente
Despesa de Capital
RECEITA TOTAL
Recursos Totais
Despesa Corrente
Despesa Capital
Resultado Operacional
Dívida Pública Consolidada
Dívida Consolidada Total
TOTAL DAS METAS FISCAIS PREVISIONÁRIAS 2019 (C+D) - (E)
UTILIZAÇÃO PREVISIONÁRIA AT - (C) - (D)
RECEITA TOTAL ATUALIZADA PREVISIONÁRIA ANTERIORES
2017
2018
2019
RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO 2019
2017
2018
2019
APORTOS DE EXERCÍCIOS PARA O PLANO PREVISIONÁRIO DO 2019
2019
2018
2017
PLANO FINANCEIRO
2016
2017
2018
RECEITA PREVISIONÁRIA - 2019
RECEITA ORÇAMENTÁRIA
Recursos Totais
Despesa Corrente
Despesa Capital
Resultado Operacional
Dívida Pública Consolidada
Dívida Consolidada Total
TOTAL DAS METAS FISCAIS PREVISIONÁRIAS 2019 - (C+D) - (E)
UTILIZAÇÃO PREVISIONÁRIA AT - (C) - (D)
RECEITA TOTAL ATUALIZADA PREVISIONÁRIA ANTERIORES
2017
2018
2019
RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO 2019
2017
2018
2019
APORTOS DE EXERCÍCIOS PARA O PLANO PREVISIONÁRIO DO 2019
2019
2018
2017